

**ARQUEOLOGIA, MUSEU E PERSPECTIVAS: O DIAGNÓSTICO
MUSEOLÓGICO DO MUSEU ÂNGELO ROSA DE MOURA DE PORANGATU**

Manuelina Maria Duarte Cândido
Mana Marques Rosa

Vol. XI | nº21 | 2014 | ISSN 2316 8412



ARQUEOLOGIA, MUSEU E PERSPECTIVAS: O DIAGNÓSTICO MUSEOLÓGICO DO MUSEU ÂNGELO ROSA DE MOURA DE PORANGATU

Manuelina Maria Duarte Cândido¹
Mana Marques Rosa²

Resumo:O presente artigo visa apresentar o processo de trabalho realizado para a elaboração do diagnóstico museológico do Museu Ângelo Rosa de Moura, em Porangatu (GO), e discutir a importância desse tipo de metodologia para a qualificação destas instituições na preservação de acervos arqueológicos.

Palavras chaves:Diagnóstico museológico, Museu Ângelo Rosa de Moura, Acervos arqueológicos, Arqueologia preventiva.

Résumé:Cet article présente le processus de travail effectué pour développer le diagnostic muséologique du Musée Ângelo Rosa de Moura, à Porangatu(GO), et discuter de l'importance de ce type de méthodologie pour la qualification de ces institutions dans la préservation des collections archéologiques.

Mots-clés:Diagnostic muséologique, Musée Ângelo Rosa de Moura, Collections archéologiques, L'archéologie préventive.

INTRODUÇÃO

Neste artigo analisamos o processo de trabalho de elaboração do diagnóstico museológico realizado no Museu Ângelo Rosa de Moura, em Porangatu (GO), no primeiro semestre de 2013, para a empresa Zanettini Arqueologia. Defendemos que o diagnóstico seja fundamental para a qualificação das instituições museológicas e bases importantes para as tomadas de decisões que envolvem investimentos na preservação de acervos arqueológicos musealizados.

Enquanto estratégia metodológica para a avaliação e qualificação de museus, o diagnóstico museológico é compreendido como uma análise global e prospectiva da instituição que “objetiva a identificação e apreensão das potencialidades museológicas de um território ou de uma instituição, a fim de perceber as atividades desenvolvidas, as parcelas do patrimônio valorizadas e selecionadas para preservação e as lacunas existentes” (DUARTE CÂNDIDO, 2010, p.129).

No caso em questão, a elaboração do diagnóstico museológico foi motivada pela condicionante aplicada pela Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Goiás (IPHAN/GO) que indicou a necessidade de realização de um diagnóstico das condições do Museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu para o recebimento e acondicionamento dos acervos arqueológicos provenientes do Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico da PCH Galheiros no município de São Domingos (GO). O contexto em que surge essa demanda é o de uma resposta qualificada do IPHAN e da

¹ Professora do Curso de Museologia na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG), Brasil.

² Bacharelanda em Museologia na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG), Brasil.

Zanettini Arqueologia à necessidade já constatada de se aparelhar instituições Brasil afora para melhor receberem acervos arqueológicos, visto a percepção de um quadro caótico, atropelado pelo crescimento exponencial das pesquisas arqueológicas. Reflexões como a de Zanettini interpelam sobre os desafios:

[...] cabe-nos indagar em que medida o capital destinado à preservação dos recursos arqueológicos e socialização dos resultados vem contribuindo para o efetivo desenvolvimento de uma *vision* em torno da disciplina para além do progresso material dos profissionais e instituições?(ZANETTINI, 2011, p. 95).

Tomaremos este como um caso exemplar da maneira pela qual o diagnóstico pode ajudar a dirigir recursos relacionados a endossos institucionais para a qualificação das instituições receptoras de acervos arqueológicos.

A metodologia do trabalho envolveu levantamento prévio de informações sobre a cidade e a instituição a ser analisada, a realização de visita técnica ao museu, levantamento de documentos institucionais, entrevistas, análise de todo este conjunto de documentos e elaboração do diagnóstico museológico. Desse modo, a pesquisa partiu da análise e contraste das informações colhidas *in loco* por observação, fontes levantadas e entrevistas, com os conceitos, métodos e procedimentos da área da Museologia.

O diagnóstico foi dividido em duas partes: a primeira se ateve a aspectos conceituais de elaboração do mesmo, explicitando as estratégias e características a serem analisadas, bem como fornecendo parâmetros pelos quais se torna possível a reestruturação e a requalificação de museus. Também considerou o perfil histórico e patrimonial do município, fornecendo informações sobre a localidade, suas características físicas, o contexto histórico de sua criação e seus aspectos patrimoniais. A segunda parte teve como preocupação fornecer informações sobre o histórico do museu e a sua organização institucional, analisando aspectos financeiros, arquitetônicos, dos acervos e da salvaguarda e comunicação patrimoniais, entre outros envolvidos na matriz para diagnóstico museológico e planejamento que embasou o trabalho (DUARTE CÂNDIDO, 2013). Por fim, propusemos algumas diretrizes e metas para a instituição com o objetivo de escalonar especialmente uma ordem de prioridades e de recursos necessários para as ações futuras de qualificação da instituição.

O HISTÓRICO DO MUSEU

O Museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu, que chamaremos de MARM, está localizado na parte antiga da cidade de Porangatu, em Goiás, conhecida como região do Descoberto e reconhecida como centro histórico do município. Instalado em um antigo casarão de propriedade do primeiro prefeito da

cidade, foi criado em 1989 pela lei nº 1.210 com a denominação de Museu Municipal. Mais tardiamente essa lei foi alterada pelo projeto de lei nº 45/2001 pelo qual o Museu Municipal passa a ser denominado Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu, carregando, assim, o nome do primeiro proprietário do edifício.

A história do casarão e, conseqüentemente, do museu, tem origem quando Ângelo Rosa abriu um dos primeiros comércios da cidade, a casa Jaguatirica, onde se comercializavam produtos trazidos de viagens do proprietário como: ouro, peles de animais silvestres, café, sal, açúcar, etc. Após a morte do comerciante, em 1970, o Casarão foi adquirido pela prefeitura e passou a abrigar, em 1981, o Centro de Tradições da cidade.

Este Centro funcionou como o principal local de realização de atividades culturais, congregando encontro de moradores, feiras de artesanato, apresentações musicais, festas e recepções. Entretanto, desde a designação do antigo Casarão para a locação do museu, as atividades do Centro de Tradições foram interrompidas provocando distanciamento da comunidade em relação ao local. Assim, o espaço antes apropriado pela população por meio da realização de atividades, encontros e oficinas, passou a ser um lugar aparentemente menos interessante e pouco inserido na dinâmica da cidade.

É nesse sentido que uma avaliação global da instituição pode contribuir para a qualificação de suas atividades, preparando o museu e fornecendo orientações técnicas para a valorização de seus acervos e a efetivação de seu papel social junto ao seu público visitante.

DIAGNÓSTICO MUSEOLÓGICO: CONCEITOS

A realização de diagnósticos tem sido uma estratégia metodológica bastante plausível no processo de avaliação e reestruturação de museus. Entendido como “a primeira etapa para se pensar ou repensar um museu”, o diagnóstico museológico:

Constitui-se de levantamentos e análise de dados de toda a sorte: através de reuniões com a equipe do museu [caso seja para revitalização], visitas técnicas ao local ou instalações, pesquisa bibliográfica, pesquisa de público, etc. Mas, fundamental é a pesquisa sobre o acervo, pois é ele que vai definir o perfil do museu em termos científicos e estruturais: é a sua vocação ou, em outros termos, a identidade do museu (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p.202).

Portanto, é a partir do levantamento e análise de dados do museu que se poderá compreender a instituição, o seu perfil e a sua vocação para o trato com os objetos museológicos, bem como eleger prioridades para a ação de reestruturação e qualificação da instituição com base na capacitação de corpos

funcionais e transformação de mentalidades que estão dentro da instituição (DUARTE CÂNDIDO, 2010, p.128). Ademais, o diagnóstico completo da instituição, pela apreciação de aspectos globais de seu funcionamento, formam a base para a elaboração do plano museológico, como expresso no artigo terceiro da portaria normativa nº1/2006 do IPHAN (DOU 11/07/2006).

Enquanto “instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do museu na sociedade” (*idem*), o plano museológico contribui para o estabelecimento da missão e dos programas do museu uma vez que é composto por itens de identificação da instituição e de definição das ações que devem ser empreendidas, tais como: gestão de pessoas, gestão dos acervos, projetos de exposições, ações educativas e culturais, elaboração e realização de pesquisas, programa arquitetônico, de segurança, estratégias de financiamento e fomento, bem como de difusão e divulgação.

O estabelecimento dessas diretrizes de funcionamento é essencial para a delimitação do escopo da instituição. Definidos os planos de ação e estruturadas as áreas do museu, os procedimentos técnicos voltados para o processo de musealização podem ser realizados dentro das expectativas da Política Nacional de Museus e em acordo com as recomendações do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). As recomendações da publicação *Subsídios para a criação de Museus Municipais* (CHAGAS e NASCIMENTO JÚNIOR, 2009), também auxiliam na formulação da base legal do museu, fornecendo diretrizes para a organização de documentos como decreto de criação, regimento interno, estatuto e organograma, entre outros.

Porém, antes de chegar neste passo fundamental da adequação da instituição que é a elaboração do Plano Museológico, procedemos ao diagnóstico. Ele permite, para além do exame das condições atuais, a qualificação dos museus por meio da elaboração de uma programação museológica mais condizente com a realidade na qual ele está inserido, ao mesmo tempo em que leva em consideração a continuidade e pertinência da instituição (DUARTE CÂNDIDO, 2010).

Para a realização do diagnóstico pretendido no Museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu, foi utilizada a *Matriz para Diagnóstico, Planejamento e Gestão de Museus*. Tal matriz fornece parâmetros museológicos que cada instituição deverá interpretar e adequar às suas necessidades e expectativas particulares (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 200). Ela apresenta algumas ideias-chave pelas quais se orientou a análise e o diagnóstico museológico em torno dos aspectos de gestão, programas institucionais e avaliação do MARM.

PROGRAMAÇÃO OU PLANO MUSEOLÓGICO



Figura 01: Matriz para diagnóstico museológico, planejamento e gestão de museus (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p.201).

Baseado nesta matriz, o diagnóstico realizado procurou levantar e organizar dados que se apresentavam dispersos e dificultavam a compreensão da trajetória do Museu Ângelo Rosa de Moura, suas principais potencialidades e desafios.

A finalidade do diagnóstico também aponta para a necessidade em avaliar se a instituição possui condições de fornecer guarda adequada ao material arqueológico que recebe em decorrência da emissão cartas de apoio institucional às empresas de engenharia, mineralogia, etc. A emissão desses documentos responsabiliza as instituições de guarda com a oferta de condições apropriadas de conservação para os acervos recebidos. Os recursos oriundos dos endossos configuram uma contrapartida.

PROCESSO DE TRABALHO: A VISITA TÉCNICA

O processo de trabalho de elaboração do Diagnóstico Museológico do Museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu teve início com o levantamento histórico e patrimonial do município. Munida de informações prévias, a equipe realizou uma visita técnica à instituição para a apreciação de aspectos globais do museu que foram examinados pelo método de análise já explicitado.

Nesta visita fomos recebidos e acompanhados por um grupo de pessoas que chamamos de grupo gestor do museu, formado por pessoas atuantes na defesa do patrimônio cultural do município em diferentes instâncias, embora formalmente, apenas o Secretário de Cultura respondesse pela instituição. Destacamos especialmente a presença e empenho da senhora Deolinda Conceição Taveira Moreira, que além de filha da terra e defensora entusiasta do patrimônio local, esteve profundamente envolvida com a implantação e com a continuidade do museu, idealizado em um trabalho monográfico de sua autoria (MOREIRA, 2003). Atualmente, esta autora é Superintendente do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura de Goiás.

Nesse período foram elencados, recolhidos e fotografados materiais tidos como fontes para a realização da análise pretendida, tais como: recortes de jornal, cartazes, documentos legais, cadernos de registros, livros de visitantes, fotografias, notas fiscais dentre outros registros considerados relevantes para o diagnóstico. Também ocorreu a produção de documentos e fontes de informações pela equipe, seja por intermédio do registro fotográfico de espaços, acervo, documentos, ações, entre outros, seja da gravação de algumas entrevistas com pessoas ligadas ao museu e que possuem a memória da instituição.

A visita ao museu teve como objetivo a apreensão da situação em que a instituição se encontra, desde aspectos gerenciais e administrativos àqueles que revelam os procedimentos de manutenção, funcionamento e infraestrutura do edifício. Também era necessária a observação *in loco* de características da salvaguarda patrimonial (especialmente condições de guarda de acervo) e de comunicação patrimonial (na ausência de ação educativa regular, a observação se deteve nas exposições), entre outros aspectos.

A falta de documentação administrativa compilada e arquivada, bem como de instrumentos de controle de atividades e tratamento de acervos museológicos, dificultou sobremaneira a reunião de fontes e informações para a pesquisa, sendo ligeiramente compensada pelas entrevistas e pela disposição das pessoas que fazem parte da história e da manutenção do museu em ajudar.

No segundo dia de trabalho a equipe se dividiu entre a verificação específica das condições do acervo arqueológico em reserva e a realização de entrevistas complementares, pesquisa no arquivo do jornal local e digitalização de documentos da Secretaria de Cultura que seriam úteis para a análise. No terceiro dia, antes do retorno, ainda foi realizada uma entrevista.

Finalizada a visita técnica, iniciou-se o tratamento e análise das fontes levantadas, bem como a pesquisa e ampliação de informações a respeito do município e do museu. Uma parte considerável do trabalho consistiu em elaborar planilhas para registro e organização de informações dispersas encontradas em documentos avulsos no museu ou na Secretaria de Cultura. Assim, tentamos minimamente reconstituir uma cronologia de atividades realizadas no museu, que ele não possuía organizada. Os livros de registro de visitas também foram tabulados para fornecerem informações de frequência ano a ano, com alguns detalhes como procedência de Porangatu ou de outros municípios.

Tentamos, da mesma forma, compilar notícias de endossos institucionais que apareceram em documentos no IPHAN, na Secretaria de Cultura e no Museu, sendo que nenhuma das fontes forneceu uma lista realmente completa, em uma planilha capaz de permitir a visualização dos endossos por ano e com algum detalhamento – como responsáveis e se houve entrega de relatório ou de acervo –, o que foi complementado com pesquisa no Diário Oficial da União entre 2004 e 2013. Cada uma das planilhas ou tabelas contribui para preencher imensas lacunas na história da instituição. Mas temos clareza de que não foi possível acessar todos os documentos que seriam necessários pela própria desorganização documental do museu e de perdas verificadas, por exemplo, em páginas de livros consultados (como os de visita) que apontam para uma provável perda ainda maior de documentos avulsos de outra natureza.

Acreditamos que a organização e apresentação destas planilhas, ainda que não exaustivas, e de cópias de documentos ao longo do corpo do diagnóstico e especialmente nos anexos, devolve para a cidade, com algum avanço, informações imprescindíveis para a compreensão da memória institucional, além de sugerir um método de trabalho para organização desta memória. O documento resultante deste processo de avaliação institucional a que chamamos diagnóstico museológico almeja dar a conhecer os aspectos globais da instituição museológica com vistas a indicar os pontos fortes e fracos do museu. O exame da história da cidade, bem como de seus aspectos patrimoniais favoreceu a compreensão do papel do museu na cidade e a importância que uma instituição dessa envergadura possui enquanto espaço voltado para o desenvolvimento de pesquisas, educação e lazer, bem como de integração de outras referências patrimoniais não musealizadas.

O DIAGNÓSTICO DO MUSEU ÂNGELO ROSA DE MOURA

No diagnóstico realizado identificamos que o museu em tela não possui definição de missão atualizada ou um conceito gerador museológico definido. Também não tem objetivos bem claros e uma visão de futuro redigida. Estes são itens que deverão ser abordados no futuro Plano Museológico da instituição.

A indeterminação da missão institucional afeta a clareza nos objetivos da instituição e sua ausência é sentida em diversos momentos. Isto parece mais grave quanto se percebe que o modelo museológico da instituição é o de um museu tradicional. Segundo Duarte Cândido,

A Museologia hoje consiste na convivência entre os museus tradicionais e as novas propostas museais. Porém o que se percebe é também um descompasso, marcado pela existência de diversas instituições que ainda seguindo modelos tradicionais sequer realizam com qualidade a gestão do seu patrimônio, a salvaguarda e a comunicação. Ao mesmo tempo em que a Museologia busca a experimentação de novos modelos, também desenvolve procedimentos técnico-científicos de excelência para o tratamento dos acervos e para a qualificação dos chamados museus tradicionais, mas muitos ficaram à margem deste processo ou o seguem de longe, por uma série de fatores, entre as quais se destacam deficiências de recursos humanos e financeiros ou mesmo o pequeno contato com a produção científica e os debates da área (DUARTE CÂNDIDO, 2010, p.128).

No museu em questão, constatou-se que a inconsistência na definição de missão e visão acabou por ocasionar a ausência de critérios para a seleção de acervos e da elaboração de outros documentos que auxiliam na programação das atividades institucionais.

A revisão da missão foi recomendada no diagnóstico com vistas à adequação e qualificação das ações institucionais ao momento atual do museu de acordo com os problemas levantados pela análise. Também se recomendou a sua redefinição participativa considerando especialmente a relação dúbia com os acervos arqueológicos. A partir da análise realizada no museu percebeu-se que embora ele tenha sido criado dentro de uma intenção ligada à memória do município e ao ser denominado como Museu Ângelo Rosa de Moura tenha sido vinculado também à biografia do primeiro prefeito de Porangatu, sua prática de emissão de endossos para pesquisas arqueológicas em todo o estado de Goiás resultou no ingresso de um acervo relacionado a um território mais amplo. Também teve como consequência a inserção de problemáticas não esperadas inicialmente, como as da Arqueologia.

A maior parte do acervo histórico encontra-se em exposição e constitui-se, basicamente, de peças que pertenceram a Ângelo Rosa, trazidas para uma exposição comemorativa (temporária), mas posteriormente incorporadas ao acervo. Além disso, ganham destaque os materiais provenientes, quase em sua totalidade, de projetos de Arqueologia Preventiva. O museu tem sido procurado pelo menos desde 2004 para fornecer endosso institucional para estas pesquisas. Tais trabalhos, longe de se circunscreverem ao município de Porangatu, envolvem diversas cidades de Goiás como Catalão, Barro Alto, Pilar de Goiás, São Miguel do Araguaia, Alto Horizonte, Itapaci, Luziânia, São Domingos e a cidade-satélite de Santa Maria,

no Distrito Federal. A área de abrangência se estende, inclusive, ao sul do estado de Goiás, sendo que Porangatu se encontra no extremo norte.

No diagnóstico também se constataram questões derivadas da gestão administrativa, dos aspectos financeiros da instituição, das características e estrutura arquitetônica do edifício, do desenvolvimento de pesquisas, bem como da salvaguarda e comunicação patrimoniais realizadas.

No que se refere à gestão administrativa do museu, o trabalho de diagnóstico constatou que o MARM não conta com um responsável nomeado. A única servidora lotada no museu é a responsável pela limpeza, que assume o dia-a-dia da instituição.

A ausência de recursos humanos especializados e efetivos foi um dos pontos mais críticos avaliados pelo diagnóstico, pois nos museus em geral, a qualidade destes recursos reflete em todo trabalho por eles desenvolvido, limitando, inclusive, o desempenho de sua função social. Esta lacuna constitui fator para a solução de continuidade de ações importantes, para a perda de *know how* já constituído e, evidentemente, de fragilidade da memória institucional.

Em consequência, como o Museu Ângelo Rosa de Moura não conta com uma equipe técnica mínima, ele não desenvolve pesquisa e fica como receptor passivo dos acervos arqueológicos, percebidos como pouco incorporados à dinâmica da instituição, e dá entrada em outros acervos não correlatos também sem que estejam conectados com produção de conhecimento. Ademais, a pesquisa aplicada não ocorre, pois seria realizada a partir de reflexões sobre o trabalho cotidiano de gestão do museu, de salvaguarda e comunicação patrimoniais.

Por meio do diagnóstico global do museu, pudemos assinalar a carência neste setor como propulsora dos demais problemas que estão sendo apontados, quer na gestão de recursos, quer na baixa *performance* em relação ao desenvolvimento das funções museológicas tanto de salvaguarda como de comunicação do patrimônio, entre outras.

Aspectos Financeiros

Em análise aos aspectos financeiros do museu, o diagnóstico revelou que o problema do MARM hoje não é essencialmente desta ordem, ainda que os recursos sejam modestos, mas decorre da falta de recursos humanos capacitados para pensar a instituição museológica, definir suas metas e prioridades, e gerir os recursos financeiros disponíveis para sua melhor consecução.

A análise ainda apontou a situação atípica da instituição, pois, ao contrário de muitos museus que igualmente possuem acervos arqueológicos como parte de sua ação prioritária de preservação, o MARM descobriu muito cedo um caminho em direção à sustentabilidade financeira pelo viés do fornecimento dos endossos institucionais. O museu, inclusive, concede mais endossos para outros municípios que para

Porangatu, abarcando certamente cidades cujos museus teriam o mesmo interesse nas verbas do endosso. Assim, ficou clara a necessidade de contrapartida da prefeitura, especialmente em recursos para a manutenção e dotação de funcionários permanentes e com dedicação exclusiva ao museu.

Aspectos Arquitetônicos

Quando se trata de analisar os aspectos arquitetônicos de um museu, o objeto não será necessariamente uma edificação. De acordo com o processo de musealização em tela, a arquitetura pode ser compreendida “como ocupação de espaços e estes podem estar definidos como intra ou extra-muros, contínuos ou descontínuos, reais ou digitais, abrangendo territórios, múltiplos núcleos e outros formatos já bastante usuais na realidade dos museus” (DUARTE CÂNDIDO, 2013, p. 203). Entretanto, neste caso, em se tratando de uma instituição que tem atuado de forma mais ligada aos conceitos de museu tradicional, pelo menos nos últimos anos, foi realizada uma análise detida da sede, ainda que o diagnóstico também tenha se preocupado com uma breve complementação de sua inserção territorial.

A sede do museu é o casarão construído na década de 1940 por Ângelo Rosa, funcionando como residência e ponto comercial. O edifício, conhecido então como “Casa Jaguatirica”, abrigou durante muitos anos o Centro de Tradições e ainda está sinalizado externamente como tal, inclusive sem indicação clara em seu exterior de que se trata de museu, a não ser placa com referência à reforma e ampliação em 2007. O prédio não foi, portanto, construído para a finalidade de museu, e sofreu poucas adaptações, até mesmo do ponto de vista da acessibilidade, dotada apenas de uma rampa na entrada

Apuraram-se aspectos de acessibilidade no interior da edificação que possui banheiros não adaptados para portadores de necessidades especiais; verificou-se a realização de pequenas reformas, mas também a necessidade da troca do telhado, do sistema elétrico, apontando problemas relativos à segurança e conservação do casarão. Entretanto, a análise não se restringiu a esses elementos considerando e recomendando a reorganização do espaço para melhor aproveitamento e realização de atividades, bem como da melhoria das áreas de circulação.

Assim, a planta baixa do museu foi analisada tendo em mente não a sua ampliação, mas a reordenação do espaço em vista da otimização das atividades das áreas técnicas de conservação, documentação e exposição, por exemplo.

Aspectos da Salvaguarda

A análise dos aspectos da salvaguarda abrangeu os procedimentos de documentação e conservação do acervo de objetos materiais móveis, tendo em vista que mesmo o museu se comportando

hoje com uma instituição tradicional, os aspectos básicos do tratamento dos acervos não estão equacionados. Assim, o reconhecimento das condições de conservação e reserva técnica, como da realização de procedimentos de documentação museológica tiveram por base a visita técnica realizada nas áreas do museu e o exame de livros de registro e inventário eventualmente encontrados no local.

Em termos de documentação, notou-se a ausência de registros sistemáticos de entrada de peças, termo de aquisição, recibos, fichas de identificação, inventário, dentre outros instrumentos. A documentação museológica existente é irregular, pois acervos arqueológicos decorrentes de pesquisas de Arqueologia Preventiva por vezes entram com uma documentação mais detalhada, e objetos arqueológicos de distintas origens, bem como o acervo histórico recebido em doações, têm um registro pouco minucioso que se confunde com doações de equipamentos e de instrumentos de trabalho para o dia-a-dia do museu. Resulta que o museu, apesar de possuir um livro intitulado *Inventário do Material do Museu Ângelo Rosa de Moura*, não cumpre as recomendações de realização de inventário do acervo e inventário do patrimônio administrativo do museu. Contudo, no momento do diagnóstico foi elaborada uma listagem que poderá auxiliar futuramente na realização desse controle.

Constataram-se também, por conta desta fragilidade do ponto de vista do controle documental e da gestão da informação, lacunas no histórico do museu e, portanto, na memória da instituição.

As ações de proteção aos aspectos físicos dos bens, entendidas enquanto procedimentos de conservação igualmente foram avaliadas pelo aspecto da salvaguarda patrimonial. As atuais recomendações a respeito da conservação e do restauro de objetos defendem a conduta de intervenção mínima, visto que as investidas do restauro significam, invariavelmente, medidas invasivas que acabam por contribuir com a descaracterização, danificação e degradação dos objetos. Por outro lado, todos os procedimentos precisam ser reversíveis.

Em vista disso, defende-se uma medida preventiva de conservação que visa minimizar os impactos dos agentes de degradação, prevendo os possíveis riscos à integridade física dos mesmos. Em uma suposição radical e sob o ponto de vista de sua conservação, os objetos museológicos deveriam permanecer livres da incidência de luz e de variações de umidade e temperatura. Contudo, tais condições entram em conflito com a finalidade básica de manutenção das coleções pelos museus que é salvaguardar para comunicar o patrimônio cultural (ROSA, 2012).

No que tange à conservação do acervo do Museu Ângelo Rosa de Moura, percebemos que não se encontra em acordo com as recomendações técnicas. Identificamos problemas relacionados com variações de temperatura e de umidade, contato dos objetos com agentes degradantes, mau acondicionamento, despreparo da 'equipe' para lidar com o mesmo.

Alguns aspectos de segurança do museu também foram considerados de risco: vulnerabilidade do teto e paredes em alguns pontos, condições precárias dos recursos expográficos, ausência de segurança

noturna, sistema de alarme falho, ausência de câmeras e iluminação de emergência, falta de equipamento de controle e combate a incêndios, entre outros.

Aspectos da Comunicação

A depender dos procedimentos de salvaguarda, a comunicação pode ser viabilizada com riqueza de informações e estratégias que possibilitem uma melhor apreensão e apresentação dos objetos museológicos. As ações educativas e exposições nos museus dependem, portanto, de produção de conhecimento sobre seus acervos. Isto quer dizer que quanto mais informações forem obtidas a respeito dos objetos musealizados, maiores são as possibilidades de apresentação, abordagem e contextualização do patrimônio.

Esta faceta do fazer museal consiste, basicamente, em ações educativas e culturais e na realização de exposições de curta e longa duração. Refere-se, por conseguinte, a mecanismos técnicos que viabilizam a apreensão e apropriação do patrimônio cultural preservados nos museus.

A comunicação patrimonial no MARM é realizada pela exposição de acervos em duas salas principais de exposição e mediante visitas guiadas realizadas majoritariamente com as escolas do município em momentos pontuais, como Semana de Museus e outras. Os objetos em exposição fazem parte de acervo arqueológico e histórico, sendo aquele formado por artefatos líticos e cerâmicos (incluindo fusos, carimbos, urnas funerárias, bordas de cerâmicas e machados líticos, entre outros), e este por utensílios diversos (máquina de costura, tear, moedor, entre outros), fotografias e documentos a respeito do município, além dos objetos pessoais e documentos do comerciante Ângelo Rosa levados para uma exposição comemorativa em 2011 que acabaram ficando como que incorporadas ao acervo.

Quanto às ações educativas, contatamos que consistem em ações esparsas e visitas guiadas eventuais. No dia-a-dia do museu, a única funcionária da instituição solicita aos visitantes assinarem o livro de visitas e apresenta a exposição aos que vêm até o museu. Não há, portanto, um trabalho ativo regular de buscar escolas, organizar agendamentos, preparar roteiros de visitação e criar estratégias de mediação diferenciadas de acordo com o perfil de cada público e orientações pedagógicas.

Um dos trabalhos realizados no período do diagnóstico foi tabular os dados disponíveis nos livros de visitantes encontrados no levantamento documental na instituição e que forneceu importantes informações quanto à relação museu-público, não obstante terem sido encontrados apenas registros esparsos, não permitindo uma totalização precisa e por ano dos visitantes do museu. De acordo com os dados tabulados, a grande maioria de visitantes é representada pelo público escolar da cidade, formado por professores e alunos.

Ainda referente às ações educativas, também foi verificada a realização de seminários, palestras e oficinas voltadas para a valorização e preservação do patrimônio cultural, notadamente as organizadas em ocasião da Semana de Museus, evento anual promovido pelo IBRAM e que conta com a participação do Museu Ângelo Rosa de Moura desde 2005. Neste caso foi importante ressaltar que o museu tem estado presente, devido a esta ação, nos catálogos da Semana Nacional de Museus, que circulam por todo o país, ajudando a divulgar o museu e a cidade de Porangatu. O museu, entretanto, não tem um arquivo organizado e completo com a memória destas realizações, sendo recomendada a organização de seu portfólio de *folders*, cartazes, convites, fotografias e outros documentos, até para evitar a impressão de que realiza menos do que realmente faz. Apesar de também lacunar devido à ausência de parte das fontes, foi organizada como parte do diagnóstico uma planilha com o material recuperado sobre programações realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E POSSIBILIDADES FUTURAS

Apesar deste diagnóstico ter sido solicitado para avaliar e fundamentar decisões para a qualificação de um museu específico, podemos considerá-lo emblemático de uma situação mais ampla. Segundo o Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM, museus municipais constituem a categoria de natureza administrativa mais frequente no Brasil, com 41,1% do total (IBRAM, 2011, p. 63). Estes museus, sem possuírem arqueólogos e/ou museólogos na maior das vezes, estão sendo assediados pelo avassalador aumento das pesquisas de Arqueologia Preventiva e emitindo cartas de endosso institucional com grande interesse em recursos financeiros que possam ser aportados por estas aproximações com o universo da Arqueologia, mas sem um planejamento que envolva desde a inserção dos novos acervos nas dinâmicas institucionais até o uso qualificado dos recursos que surjam no novo contexto.

Analisar o caso específico deverá servir para motivar uma reflexão mais ampla sobre desafios e possibilidades deste cenário para a inclusão de parâmetros museológicos de avaliação e planejamento destas instituições.

Ao final do diagnóstico museológico realizado no Museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu, pudemos assinalar alguns pontos positivos e outros mais frágeis da instituição na tentativa de contribuir sistematicamente para que o museu possa se reavaliar e qualificar suas ações. Também foi proposto ao final um quadro de escalonamento das metas a serem perseguidas pela instituição em médio e longo prazos, de forma a garantir o planejamento de ações futuras.

Um dos pontos positivos verificados foi a participação da Associação de Amigos do Museu Ângelo Rosa (AAMAR), que contribui ativamente para a administração do museu, gerenciando parte dos recursos

financeiros e fornecendo apoio nas entradas de recursos provenientes dos endossos institucionais concedidos a pesquisas arqueológicas realizadas em diversos municípios do estado.

Contudo, torna-se necessária uma reorganização do museu e de sua relação com estes recursos de endosso: por um lado garantindo que de acordo com o porte de cada acervo arqueológico seja feito um investimento equitativo no museu e no futuro dos acervos, o que de acordo com o diagnóstico deverá contemplar a capacitação técnica da equipe do museu; por outro, atribuindo à Prefeitura o papel de garantir os recursos humanos necessários à manutenção do museu. A distinção e definição da proveniência de recursos de investimento (capital) e recursos de manutenção operacional (custeio), neste museu como em outros, se apresenta como um grande desafio.

A partir do diagnóstico museológico realizado ficou claro que o museu precisa desenvolver um trabalho cotidiano de produção de conhecimento, de tratamento do seu acervo, de integração com a sociedade e de organização da memória institucional, que requer um corpo funcional sólido e com dedicação exclusiva a ele, em processo permanente de atualização. É especialmente necessário também pensar na continuidade destas pessoas no museu, para que o investimento em capacitação, rigorosamente necessário, faça sentido em longo prazo e possa constituir um *know how* específico por uma desejada equipe de trabalho.

Outros pontos que não serão detalhados aqui, cabendo a consulta diretamente ao documento final do diagnóstico museológico, dizem respeito, prioritariamente, a:

- Necessidade de elaboração do Plano Museológico do museu em acordo com as recomendações do IBRAM, da redação do regimento interno, e da normatização dos trabalhos realizados no museu;
- Aspectos de conservação da edificação, com revisão de instalações elétricas e estruturais, bem como a higienização e reorganização do acervo arqueológico.

Tal exercício de organização das prioridades não é definitivo, pois o olhar técnico deverá se juntar aos dos trabalhadores do museu no momento de elaboração do Plano Museológico e outras questões irão surgir. Mas o documento buscou apontar caminhos para direcionar os primeiros investimentos tão logo houvesse recursos, devido à constatação de experiências anteriores em que as contrapartidas dos endossos não foram usadas para contribuir de maneira estruturante para a melhoria do museu, sendo destinadas a necessidades mais imediatas ou cuja ausência de planejamento redundou em subutilização. Por fim, é recomendada a atualização do diagnóstico museológico a cada cinco anos, sugerindo que o museu estabeleça o hábito de avaliar a implantação de cada projeto estabelecendo na medida do possível, indicadores quantitativos e qualitativos, sempre considerando a avaliação não como etapa final de um projeto, mas passo inicial de novos planejamentos e redirecionamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAGAS, M. S.; NASCIMENTO JUNIOR, J. (org.). *Subsídios para a criação de Museus Municipais*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais, Departamento de Processos Museais, 2009. 40p.
- DUARTE CÂNDIDO, M. M. Diagnóstico museológico: estudos para uma metodologia. In: SEMEDO, A.; NASCIMENTO, E. N. (org.) *Actas do 1º seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, v.3, p. 124-132, Universidade do Porto: Porto, 2010. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1319id2320&sum=sim>>. Acesso em: 03 dez. 2013.
- DUARTE CÂNDIDO, M. M. *Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento*. Porto Alegre: Medianiz, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS [IBRAM]. *Museus em Números*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria n.1*, de 5 de julho de 2006. Diário Oficial da União, 2006. (DOU 11/07/2006) Disponível em <<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=9757>> Acesso em: 09 dez. 2013.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. *Política Nacional de Museus*. MinC, 2003.
- MOREIRA, D. C. T. *Museu da Cidade de Porangatu: Projeto Museológico e de Preservação do Patrimônio Integrado*. Manuscrito não publicado. 2003. Monografia (Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano) – ITUC/AL, Recife: Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial da Universidade de Pernambuco, 2003.
- PORANGATU. *Lei n. 1.210, de 12 de maio de 1989*. Institui o Museu Municipal.
- PORANGATU. *Lei n. 590, de 18 de abril de 1984*. Declara Patrimônio Histórico de Porangatu a “Cidade Velha ou o Descoberto”. CÂMARA MUNICIPAL DE PORANGATU, 1984. Lei Municipal.
- PORANGATU. *Lei nº 2050-A, de 14 de agosto de 2001*. Altera o nome do Museu Municipal em Porangatu, para Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura de Porangatu. Disponível em <<http://www.camaraporangatu.com.br/imagens/geral/593.pdf>>. Acesso em 22 de abril de 2013.
- ROSA, M. M. *Política de acervos em museus: considerações sobre ética no tratamento das coleções*. Manuscrito não publicado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012. (Trabalho da disciplina Deontologia do Patrimônio Cultural do Mestrado em Conservação e Restauro).
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Diagnóstico Museológico Museu Ângelo Rosa de Moura Porangatu (GO)*. Maio, 2013.
- ZANETTINI, Paulo. Projetar o futuro para a Arqueologia Brasileira: desafio de todos. *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, v. 34, Porto Alegre: Magister, 2011.